

DF
328.81
V614
NFR

LUIZ VIANA FILHO

A NOVA FASE DA REPÚBLICA

BRASÍLIA — 1979

LUIZ VIANA FILHO

A NOVA FASE DA REPÚBLICA

BRASÍLIA — 1979



O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Declaro instalados os trabalhos da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura.

*É executado o Hino Nacional nas Galerias.
A tropa, no exterior, presta as continências de
estilo. É hasteada a Bandeira Nacional nos
mastos das duas Casas.*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Encontra-se presente, na Casa, Sua Excelência o Senhor Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, General Golbery do Couto e Silva, portador da Mensagem Presidencial.

Solicito aos Senhores Primeiro e Segundo-Secretários da Câmara dos Deputados e aos Líderes da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático Brasileiro de ambas as Casas do Congresso Nacional que acompanhem Sua Excelência ao Plenário, conduzindo-o até à Mesa. (Pausa.)

*O Sr. Ministro faz a entrega da Mensagem
ao Sr. Presidente, indo, em seguida, ocupar o
lugar a S. Ex^{ca} reservado em plenário.*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Srs. Congressistas, ao ter a honra de declarar instalada a 9ª Legislatura, quero expressar aos seus integrantes o meu apreço e os meus votos por um fecundo trabalho que atenda às aspirações do povo brasileiro.

A solenidade de agora é familiar ao Brasil. Desde a Independência, ou seja, há mais de século e meio, adotado o sistema representativo, habituamo-nos a conviver com o Direito e a Liberdade, dos quais o Parlamento tem sido, invariavelmente, reflexo e sustentáculo. Sistema cuja lídima expressão são os partidos políticos, polarizadores da opinião e das tendências do País, e aos quais cumpre consultar os profundos sentimentos da Nação, discernindo as reais necessidades de uma época. Tão importante é a sua formação que, segundo Guizot, o fim precípua ao regime constitucional consiste em organizar as idéias em Partido. Quanto ao Brasil, não exageramos afirmando que a nossa História política quase se confunde com a própria vida dos nossos Partidos. E se acentuo tais circunstâncias é para assinalar a dimensão das responsabilidades de que nos investiu o voto popular. Se não marcamos os minutos da opinião nacional, como nos regimes parlamentaristas, não é menos certo que eleições livres, como as ultimamente realizadas, nos permitem aquilatar o rumo e a densidade das várias correntes do pensamento.

Reúnem-se hoje aqui, para início de novo período da vida republicana, representantes das diversas regiões do Brasil. Cada qual portador das esperanças dos que os elegeram, e que a elas deverão corresponder, contribuindo para a construção e o aprimoramento da nossa sociedade. Para tanto congregamo-nos em Partidos, que multiplicam nossas forças ao tempo em que as disciplinam, para que se não dispersem, e se atenham às normas fundamentais do jogo político das democracias, no qual sobreleva o papel da Maioria e da Minoria ambas indispensáveis num autêntico sistema representativo.

Contudo, se os Partidos podem nos separar, os interesses da Pátria certamente nos aproximam. Realmente, acima dos Partidos está a Nação, cujo progresso, tranquilidade, aperfeiçoamento das instituições políticas, e bem-estar do povo, devem ser, inexoravelmente, a nossa meta suprema. Bem sei, aliás, dizer apenas o que já palpita no coração de todos. Estou seguro de que nenhum dos membros desta Assembléia, quer os mais antigos, quer os mais novos, deixará de repetir e aplaudir estas palavras de um de nossos maiores estadistas: “Sempre, senhores — dizia ele — sobrepus os interesses do País aos dos Partidos. Na minha opinião, os Partidos é que são obrigados a transigir com os interesses do País, e não o País com os interesses dos Partidos.” Haverá conceito mais ajustado aos nossos deveres e ao nosso civismo?

Sinal incontestado de representarmos efetivamente a nacionalidade, inclusive nas suas mutações, é a permanente renovação do corpo legislativo. A aspiração de hoje poderá não ser a de amanhã. A de ontem, frequentemente, já não é a de hoje. E nessa incessante transformação situa-se a força maior do Legislativo, cuja seiva são as esperanças externadas através o voto popular. Hoje, ao iniciar-se nova Legislatura, devo assinalar estarmos ante uma Câmara dos Deputados renovada em mais de metade da sua anterior composição. E se a ela retornam ilustres parlamentares, numerosos são os que nela têm assento pela primeira vez, trazendo com o vigor da sua juventude e inquietação o calor que anima os parlamentos. Cada geração tem os seus próprios ideais, e a eles não devemos ser surdos, sob pena de não cumprirmos o dever de os transformar em colaboradores

para o continuado aperfeiçoamento das instituições políticas e sociais. Em vez de temê-los cumpre-nos assimilá-los aproveitando quanto tragam de útil, dentro de nova visão do mundo.

De um mundo tão cheio de angústias que por vezes se nos afigura perplexo, pois se muitos identificam o que não querem, nem tantos sabem exatamente o que almejam. Por certo, mais do que quaisquer outros deverão seduzir-nos os temas diretamente vinculados à existência do povo, e que aí estão a desafiar nossa imaginação. Teremos, inclusive, de construir o mundo para nossos filhos, a maioria deles vivendo já em pleno século XXI, sob a inspiração de outras concepções, e fruindo da vulgarização do progresso proporcionado pela ciência. Assim, antes e acima de nossas querelas, estará certamente o dever de edificarmos o mundo que abrigará nossos descendentes. Por vezes me pergunto se não é o egoísmo, a vaidade ou a ambição que se interpõe, no caminho que leva àqueles ideais, para a construção de uma sociedade melhor e mais justa, e na qual estarão aqueles que nos irão suceder. Acredito, porém, que não nos dividiremos diante das muralhas de Tróia.

Mas, o grande acontecimento, aquele que excede aos demais na última década, é instalar-se hoje esta Legislatura sem que sobre ela pesem as leis de exceção. É como se após longa caminhada alcançássemos as cumiadas onde se respira o ar puro da liberdade, divi-sando-se sob o azul do nosso céu os indestrutíveis e insubstituíveis panoramas da Pátria. Dir-se-ia haver-mos chegado aos velhos lares pátrios, que amamos e desejamos preservar. É que não pretendemos copiar ninguém.

Pretendemos apenas continuar tais como somos, com os nossos defeitos e as nossas virtudes, com a nossa maneira cordial de viver e conviver, compreensivos e tolerantes, ou seja, profundamente brasileiros. Almejamos assim um governo em que todos, desde os mais modestos até os mais altamente qualificados, se possam reconhecer como irmãos da mesma comunidade.

Havendo prometido, no início da sua administração, gradual e irreversível volta ao Estado de Direito, logrou o eminente Presidente Geisel, dadas as transformações verificadas no País, lançar as bases da abertura política, aspiração nacional, e compromisso da Revolução desde os seus dias iniciais. Tendo granjeado, pela dedicação, labor e austeridade, a admiração e o reconhecimento da Nação, encerra o Presidente Geisel a sua gestão depois de propor e aprovarmos a supressão das leis de exceção. Cabe-nos, porém, atentar que nossas responsabilidades crescem na mesma proporção de nossas liberdades. Liberdades que faremos tanto maiores, mais fortes, e duradouras quanto mais adequadamente as soubermos fruir no exercício de nossos mandatos, nos quais a intransigência em relação aos princípios, e a energia na preservação do interesse público não poderão conflitar com a prudência e o equilíbrio que devem presidir a atividade dos parlamentos.

Se o grande fato é o desaparecimento das leis de exceção, a consequência maior deste novo período da República está na auspiciosa perspectiva da normalização da vida política, hoje fortalecida por um clima de segurança. “A política é a atmosfera dos Estados”, sintetizou Rui Barbosa. Na realidade somente ela, auscultando os mais fundos sentimentos nacionais, conduz os povos às

grandes conquistas e realizações. E quando me refiro à política, falo da política como instrumento dos que a praticam, não como amadores de cabotagem, mas dos de longo curso que vivem permanentemente debruçados sobre as aspirações do povo, e dela buscam conhecer a arte e os segredos. Daqueles que se familiarizam com os sofrimentos dos mais humildes, e das suas necessidades. Daqueles a quem um constante e por vezes penoso convívio com o dia-a-dia das populações propicia, quando dotados das virtudes do homem de Estado, conciliarem o caminho da grandeza e fortalecimento das nações com as elementares reivindicações populares.

Necessariamente a política deverá conservar os pés no chão, para ser tecida com os fatos, principalmente os fatos sociais, que as palavras não mudam, nem escondem. Daí podermos afirmar que tanto os devaneios das fantasias, quanto o ímpeto das radicalizações, nada constroem por se divorciarem da realidade.

A verdade é que, iniciada esta nova fase da vida republicana, vemos soar a hora dos políticos, pois somente estes possuem sensibilidade para entenderem o povo, e por ele serem entendidos. Ao passo que o laboratório dos técnicos costuma ser o Estado, o dos políticos é o seio do povo, que deixa de ser um simples número para se apresentar como a reunião de seres humanos, cujas aspirações precisam ser atendidas. Assim é nas democracias — e essa uma das suas excelências — sob pena de serem vencidos pelo voto os que não logram o apoio da Nação.

Será excepcional a contribuição desta Casa na fase que se inicia, e dela, para bem do Brasil e da democra-

cia, não deveremos abrir mão. Com a colaboração dos técnicos, cujos conhecimentos, informações e especializações completam a visão do homem de Estado, terá ela a seu cargo apontar os rumos que conciliem os interesses do povo com os do Estado. Que nos adiantaria uma Nação próspera, mas abrigando uma população insatisfeita? Nem devemos omitir que a estrutura do Estado será tanto mais sólida quanto melhor servir ao bem-estar da coletividade.

Quem fala em política fala em diálogo, fala em consenso, fala em entendimento. A política não é a arte de impor, mas a de convencer; e daí repudiar todas as radicalizações. Peço licença para evocar conceito há um ano emitido pelo meu ilustre antecessor, Senador Petrônio Portella, para quem “o caminho para pacificar e construir é o da conciliação”. Em verdade, em raros momentos da vida nacional mostrou-se tão cheia de frutos a perspectiva de uma conciliação dos espíritos. Conciliação talvez pouco conveniente aos que não sobrevivem no clima da concórdia, por certo pouco ruidosa, mas extremamente benéfica aos brasileiros, que a desejam, a fim de que, unidos em torno dos maiores interesses da Pátria, possamos enfrentar, solucionar e vencer as notórias dificuldades com que nos iremos deparar. Será essa a arte e a sabedoria das lideranças políticas, sob pena de perdermos a oportunidade oferecida por esse período da vida nacional.

Disse-vos há pouco haveremos atingido, graças à supressão das leis de exceção, as alturas onde se aspira o ar puro da liberdade. O oxigênio que tonifica e vivifica o Poder Legislativo, conscientizando-o também das suas imensas responsabilidades ao dividir com o Executivo

a tarefa de organizar duradoura democracia voltada para o desenvolvimento, âncora da prosperidade dos cidadãos. É, portanto, sedutora a nossa jornada, na qual trabalharemos, não com os olhos postos no dia de hoje, premidos pelas eventuais paixões da hora que passa, mas empenhados em plantar carvalhos a cuja sombra, bendizendo-nos, se abrigarão as futuras gerações. Sere-mos dignos assim da alta missão que a História nos confiou. (Palmas prolongadas.)

Ouvireis agora a Mensagem de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, da qual foi portador o ilustre Chefe da Casa Civil, Ministro Golbery do Couto e Silva. (Palmas.)